



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**

## **Estado do Paraná**

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

### **DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESCRIÇÃO - DCT Nº. 011/2025**

Andirá, 29 de julho de 2025.

**Ref.:** Processo nº 2778/2025, no qual o requerente, sr. Julio Cesar Lisboa, CPF nº \*\*\*.064.\*\*\*-01, em nome de Espólio de Isaias Rocha Guimarães, solicita a “*Prescrição dos débitos tributários referente a IPTU’s, no período de 1996 e 1997; 1999 a 2009 e 2015 a 2017*”.

O contribuinte supracitado requereu o instituto da prescrição tributária<sup>1</sup>, o qual ocorre quando não há propositura de ação de execução fiscal pela fazenda pública dentro do prazo estabelecido pelo Código Tributário Nacional – CTN<sup>2</sup>.

O prazo para que se promova a ação de execução fiscal é de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário. E, por constituição definitiva do crédito tributário, considera-se o momento em que a constituição do lançamento não puder mais ser discutida na via administrativa<sup>3</sup>.

Quanto o objeto desta análise, foi identificado que no cadastro do contribuinte em referência constam créditos tributários vencidos e não pagos relativos a IPTU’s – Imposto Predial e Territorial Urbano<sup>4</sup>, conforme relatório a

---

<sup>1</sup> Art. 156. Extinguem o crédito tributário:  
V - a prescrição e a decadência;

<sup>2</sup> Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

<sup>3</sup> STJ 622 - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

### Estado do Paraná

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

seguir.

#### Figura I – Relatório Débito x Contribuinte

Exercício	Dív.	Descrição	Sub	Parc.	Vencimento	Valor Principal	Acréscimos	Total	Situação
1996	1	IPTU	0	1	12/02/1996	33,74	370,23	403,97	NODADA
1997	1	IPTU	0	1	14/02/1997	38,58	374,04	412,62	NODADA
1999	1	IPTU	0	1	08/01/1999	41,56	317,43	358,99	NODADA
2000	1	IPTU	0	1	21/01/2000	56,59	391,58	448,17	NODADA
2001	1	IPTU	0	1	09/02/2001	56,59	367,95	424,54	NODADA
2002	1	IPTU	0	1	10/04/2002	56,32	340,59	396,91	NODADA
2003	1	IPTU	0	1	15/08/2003	78,88	426,20	505,08	NODADA
2004	1	IPTU	0	1	15/04/2004	78,88	406,52	485,40	NODADA
2005	1	IPTU	0	1	16/05/2005	78,88	377,50	456,38	NODADA
2006	1	IPTU	0	1	17/03/2006	78,88	353,89	432,77	NODADA
2007	1	IPTU	5	1	18/05/2007	81,63	337,90	419,53	NODADA
2008	1	IPTU	1	1	28/03/2008	35,62	140,10	175,72	NODADA
2008	49	TAXAS	0	1	24/04/2009	52,34	190,54	242,88	NODADA
2009	1	IPTU	0	1	24/04/2009	94,16	342,78	436,94	NODADA
2015	1	IPTU	0	1	10/04/2015	54,40	129,51	183,91	NODAPR.
2016	1	IPTU	0	1	13/05/2016	91,68	194,40	286,08	NODAPR.
2017	1	IPTU	0	1	12/06/2017	98,07	182,71	280,78	NODAPR.

De forma imprescindível, o contribuinte apresentou a via original da Certidão Positiva nº 552/2025 emitida pelo Distribuidor Judicial (anexo), com data de 02 de julho de 2025, a qual atesta CONSTAR registro de execução fiscal nº 0002237-63.2023.8.16.0039 e o contribuinte já realizou a negociação e não contempla as dívidas em questão.

Diante do exposto, este Fisco Municipal vê, no presente caso, defeso o direito Municipal de ingressar na esfera judicial no propósito de ter esses créditos tributários adimplidos, fundamentado no instituto da prescrição, e, dessa forma DEFERE<sup>5</sup> o pleito do contribuinte e, seguidamente, providencia a baixa dos créditos prescritos.

<sup>4</sup> II - É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, que, nos casos de lançamento de ofício, ocorre quando já não caiba recurso administrativo ou quando se haja esgotado o prazo para sua interposição. (...) V – Agravo Interno improvido. (STJ - AgInt no REsp nº 1.558.016/PR. DJe 12/08/16)

<sup>5</sup> “...créditos prescritos não podem sequer ser cobrados administrativamente e nem mesmo recebidos pelo fisco...” Francisco Ramos Mangieri, Manual do Fiscal Tributário, pág. 114.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**  
**Estado do Paraná**

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

---

Fábio Biancardi Baldini  
**Diretor do Departamento de Tributação**

Ednyra Aparecida Sanches Bueno de Godoy Ferreira  
**Prefeita Municipal**

**Prefeitura Municipal de Andirá**